

## GÊNERO COMO UM CONCEITO POLÍTICO: UMA BREVE REFLEXÃO, PROBLEMÁTICAS, USOS E POSSIBILIDADES

### EL GÉNERO COMO CONCEPTO POLÍTICO: UNA BREVE REFLEXIÓN, PROBLEMÁTICA, USOS Y POSIBILIDADES



SABRINA NATALI SILVA BENTES<sup>80</sup>

#### Resumo

A partir da década de 1970, os estudos sobre a história das mulheres foram intensificados. À medida que suas problemáticas se desenrolaram e as discussões foram aprofundadas, houve também a possibilidade de um alargamento do estudo sobre as mulheres e a categoria de gênero foi instituída com a promessa de problematizar ainda mais certas concepções, inclusive a própria concepção sobre a categoria “mulher”. Joan Scott (1989), foi uma das primeiras a propor o gênero como uma categoria útil de análise; Judith Butler (1990), propôs o gênero sob o lugar do político, problematizando-o e propondo sua desconstrução; bell hooks (2019) entendeu que essa categoria de análise precisava ser vista através das lentes das categorias de raça e classe; Oyèrónké Oyewùmí (2021) propôs a desuniversalização desta categoria e uma crítica ao ocidente como parâmetro e María Lugones (2008), a partir de todas essas análises poderosas, propôs o conceito de colonialidade de gênero, onde o gênero para além de uma categoria de análise histórica, é um marcador de desumanidade. Nesse sentido, esta proposta tem por objetivo entender como o político/política atravessa a categoria de gênero, de forma constitutiva, seja de forma problemática, seja para propor novos caminhos para pensá-la e transformá-la.

**Palavras-chave:** Gênero; política; História.

#### Resumen

A partir de los años 70, se intensificaron los estudios sobre la historia de las mujeres. A medida que se desarrollaban sus problemas y se profundizaba en los debates, surgió también la posibilidad de ampliar el estudio de la mujer y se instituyó la categoría de género con la promesa de seguir problematizando ciertas concepciones, incluido el propio concepto de la categoría "mujer". Joan Scott (1989), fue una de las primeras en proponer el género como una categoría útil de análisis; Judith Butler (1990), propuso el género bajo el lugar de lo político, problematizándolo y proponiendo su desconstrucción; bell hooks (2019) entendió que esta categoría de análisis necesitaba ser vista a través de la lente de

<sup>80</sup> Vinculada a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mestranda do Programa de Pós-graduação em História (PPGH-UNIFAP), bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Email: [brinabentes2407@gmail.com](mailto:brinabentes2407@gmail.com).



las categorías de raza y clase; Oyèrónké Oyewùmí (2021) propuso la desuniversalización de esta categoría y una crítica a occidente como parámetro y María Lugones (2008), a partir de todos estos potentes análisis, propuso el concepto de colonialidad de género, donde el género más allá de una categoría de análisis histórico, es un marcador de inhumanidad. En este sentido, esta propuesta pretende comprender cómo lo político/la política atraviesa la categoría de género, de manera constitutiva, ya sea de manera problemática, o proponer nuevas formas de pensarla y transformarla.

**Palabras clave:** Género; política; História.

## Introdução

Como já extensamente debatido, a historiografia das mulheres possuiu um alargamento a partir da década de 70 do século passado, como um importante movimento não só historiográfico, mas preeminentemente político e militante. Um esforço de estudiosas dos campos das ciências humanas para identificar o sujeito mulher como participante da História. Nesta caminhada, houve vários momentos de transformação. Do que seria uma história das mulheres, do que se esperava ser este novo campo, da modificação do sujeito objeto de pesquisa e do conceito de mulher que agora passaria para o plural, mulheres, numa tentativa de abarcar diversas experiências e sujeitas.

Na década de 1970, marcada pela segunda onda feminista no ocidente, um dos estudos seminais para a crítica contra o patriarcado, foi o livro de Betty Friedan<sup>81</sup> publicado ainda no ano de 1963. Friedan será amplamente utilizada como parâmetro pelas feministas brancas de classe média-alta, cuja principal reivindicação era a destituição de suas vidas do ambiente doméstico, como donas de casa e reivindicando ampla participação no mercado de trabalho.

Embora muitas outras obras de autoras feministas, principalmente negras, estivessem circulando com as mais variadas críticas ao sistema patriarcal, ao racismo e ao classismo<sup>82</sup>, a década de 70 ou segunda onda feminista ficou marcada por ser essencialista, por não abarcar as necessidades da ampla maioria de mulheres que já tinham o trabalho como parte de suas vidas.

<sup>81</sup> FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. – Tradução de Áurea B. Weissemberg. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

<sup>82</sup> Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, Angela Davis, Rosa Parks, só para citar alguns exemplos de feministas e ativistas negras proeminentes na década de 1970/80 que escreveram sobre as questões relacionadas a realidades das mulheres negras, sobre sexualidade, política, racismo nos Estados Unidos.



Nesse sentido, Clare Hemmings<sup>83</sup>, faz uma crítica contundente ao modo como a historiografia feminista foi construída no ocidente e como tornou a década de 70 sob o adjetivo de essencialista: escrita de forma linear, evolucionista e sempre buscando um progresso que não fora “alcançado” pela geração feminista anterior e que na maioria das vezes obscurece determinadas narrativas e contra narrativas.

Hemmings analisa vários periódicos dos períodos das décadas de 70 e 80 para mostrar como essa linearidade foi realizada na construção da escrita da história do movimento feminista. É plausível a crítica que ela realiza muito bem, porém é necessário ceder que essa construção foi produto de um já constituído império cognitivo do ocidente, que suprimiu as proposições que também foram realizadas por feministas negras, não brancas e de outros lugares fora do ocidente.

A categoria “mulher”, nos termos criticados através da diferença sexual, significava, para além de papéis sexuais atribuídos, um determinado estereótipo: mulheres brancas, donas de casa e abastadas, sendo substituída, a partir de variadas críticas de feministas que não se enquadravam nesse estereótipo por “mulheres”, e que poderia ajudar a dar conta das variadas realidades das mulheres.<sup>84</sup>

Gostaria de frisar que a proposição deste artigo é pensar em como o gênero foi e é uma categoria de análise em constante discussão e transformação. Apesar de trazer as teóricas em uma linha temporal, o principal objetivo não é colocá-las em linearidade, em confronto ou apontar suas discrepâncias, fazendo a crítica pela crítica, mas fundamentalmente mostrá-las como mulheres produtoras de conhecimento de seu tempo e de seus lugares de fala. Mostrar como cada uma das autoras entendeu e teorizou sobre essa categoria dinâmica que é o gênero, como poderá ser observado.

Assim, também surgiram diversas vertentes que buscavam retratar a partir de suas crenças teóricas e epistemológicas como entender este novo campo e como empregar outras metodologias. Dentro dessas vertentes pode-se citar as teóricas marxistas, teóricas do patriarcado e as pós-estruturalistas<sup>85</sup>, todas em constante debate.

---

<sup>83</sup> HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril,2009.

<sup>84</sup> hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. (1971;2015)

<sup>85</sup> SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 1S, n .2, jul./dez.,1990. Scott realiza uma descrição objetiva e conceitual das principais preocupações de cada um desses grupos/ vertentes do feminismo.



Também ocorreu que para conseguir alcançar outras experiências e o maior número delas, era preciso realizar uma outra diferenciação teórica e conceitual, o campo da história das mulheres começou a parecer pequeno para a crescente de problemáticas – no sentido positivo e negativo – que começavam a se multiplicar, principalmente ao que diz respeito a participação política de mulheres em espaços de decisão, a questões sobre democracia e questões trabalhistas.

Nesta virada conceitual, o termo mulher/mulheres passou a ser problematizado em detrimento do termo gênero que passou a ser utilizado, como este outro marcador de referência para os estudos feministas. Um outro conceito, uma nova categoria para explicar novas e talvez anteriores problemáticas na história e historiografia sobre o sujeito feminino. Esse uso de gênero, agora entendido e separado de sexo, - o primeiro como construção cultural e histórica das diferenças percebidas entres os sexos, e o segundo como natural – despontou uma série de teorias, reflexões e debates sobre sua importância, seus usos, problemáticas e principalmente sobre as novas possibilidades epistemológicas que viria a suscitar.

A categoria de gênero, então, de maneira geral, quer dizer a relação construída entre os gêneros binários – masculino e feminino – e sexo. Os gêneros estudados em suas relações sociais, políticas, afetivas, econômicas e sexo entendido como a parte biológica por onde passariam a ser destinados os tais papéis sexuais. Esse é o entendimento mais tradicional da categoria, e como propõe este artigo buscaremos entender como esse mesmo conceito foi sendo recodificado e entendido ao longo do tempo.

Joan Scott<sup>86</sup>, nesse sentido, foi uma das teóricas e historiadoras que pensou e formulou a respeito do gênero, entendendo-o como uma importante ferramenta de análise para a história, com seu cânone artigo publicado originalmente em 1986 “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica”, onde explica de forma didática os diversos caminhos pelos quais o gênero fora utilizado desde a disciplina história até a psicanálise lacaniana, e as metodologias em que fora diferentemente utilizado como molde de análise.<sup>87</sup> A partir disso, gostaria de ressaltar a seguinte problemática, suscitada por Scott no referido artigo:

Uma vez que, aparentemente, a guerra, a diplomacia e a alta política não têm a ver explicitamente com essas relações, o gênero parece não se aplicar a estes objetos, continuando, assim, a ser irrelevante para o pensamento dos/as

<sup>86</sup> SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 1S, n. 2, jul./dez., 1990.

<sup>87</sup> Scott em seu artigo realiza e percorre os caminhos onde o gênero fora empreendido, principalmente, pelas ideias da escola pós-estruturalista que abarcou vários teóricos, incluindo historiadores (as), filósofos(as), psicólogos(as) e psicanalistas.



historiadores/as preocupados/as com questões de política e poder. Isto tem como efeito a adesão a uma certa visão funcionalista, fundamentada, em última análise, na biologia e na perpetuação da ideia de esferas separadas na escrita da história (sexualidade ou política, família ou nação, mulheres ou homens) (SCOTT, 1990:76).

Nesse sentido, gostaria de atentar que, apesar das muitas reflexões e vários desdobramentos que já ocorreram desde essa reflexão proposta por Scott, parece que alguns campos de estudos, ainda permanecem com a mesma visão funcionalista e dual a respeito das questões de gênero e raça. Há uma recusa por parte de certos setores – principalmente alguns setores marxistas mais dogmáticos e setores liberais – de realizar uma reflexão e autocrítica necessária quando se trata desses marcadores sociais.

Há uma confusão, por parte desses setores – dogmáticos ou conservadores - em chamar as questões acerca dessas categorias de “identitarismo”, ou que seriam mais uma estratégia da burguesia para desviar o foco do que seria mais importante: os conflitos de classe, a revolução proletária. Mas, como bem já bem fundamentado por diversos autores e autoras como Angela Davis (1983)<sup>88</sup>, Judith Butler (1990), Paul Gilroy (2001)<sup>89</sup> e Stuart Hall (2003)<sup>90</sup>, essa dimensão de denegação não é pertinente em estudos sérios e comprometidos com mudanças reais pois, é mais que óbvio que racismo e misoginia atravessam a maioria dos problemas sociais, políticos e econômicos tanto quanto classe e autoritarismo.

Para Judith Butler, que também produziu um trabalho propositivo e transformador dentro da teoria política feminista, em “Problemas de Gênero”<sup>91</sup>, influenciada pelo pós-estruturalismo, pela filosofia da desconstrução de Monique Wittig (com o clássico *As Guerrilheiras*) e Michel Foucault (com *História da Sexualidade*), Butler também propôs a desconstrução do gênero, não no sentido de aboli-lo, mas de esmiuçar esta categoria e pensá-la mais profundamente, a partir da desconstrução do sujeito que se pretende defender e emancipar, neste caso, as mulheres.

Butler, por apostar em sua teoria da desconstrução de gênero, foi muito criticada pela ala das feministas radicais, e pela ala das feministas marxistas intimamente ligadas

<sup>88</sup> DAVIS, Angela. **Women, Race, Class**. New York, Vintage, 1983.

<sup>89</sup> GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

<sup>90</sup> HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2.ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

<sup>91</sup> BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.



com a História Social. A ideia de Butler, inclusive estabeleceu uma relação e acrescentou outras possibilidades de entendimento com a conceituação formulada por Scott, no sentido da relacionalidade das diferenças percebidas entre os sexos: para Butler, o conceito parecia paradoxal, já que havia uma relação entre gênero e sexo e ambos não pareciam estar separados como se tinha proposto.

Por isso, sua metodologia de desconstrução do gênero, para tentar entender como se deu essa construção do gênero seja ele cultural e histórico e por que seu par, o sexo, ainda se configurava como parte do pilar para realizar a diferenciação ou atribuição de papéis femininos e masculinos, ou mesmo de construções de feminilidade e masculinidade. Nesse sentido, Butler afirma “talvez sexo, sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma”<sup>92</sup>.

Além dos trabalhos de Scott e Butler como seminais e cânones para o entendimento e problematização do gênero, aludimos a Oyèrónké Oyewùmí<sup>93</sup>, em seu primordial “A invenção das mulheres”. Nesta obra, a autora de uma comunidade iorubá nos apresenta o que o próprio título quer dizer<sup>94</sup>, e a partir desse entendimento podemos começar a pensar que é mais que necessário que novas epistemologias sejam ouvidas para que a destituição da política sistemática de generificação ocorra.

Oyèrónké, nos faz entender que “a lógica cultural das categorias sociais ocidentais é baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social. Assim, essa lógica cultural é, na realidade, uma “bio-lógica”, onde os “corpos físicos são sempre corpos sociais. Como consequência, não há verdadeiramente uma distinção entre sexo e gênero, apesar das muitas tentativas feministas de distingui-los.”<sup>95</sup>

Com essa afirmação, a autora quer primeiramente nos situar e dizer que esse sistema de gênero é construção ocidental. Em seu trabalho, ela faz uma análise sobre os sistemas de organização social de sua comunidade iorubá e rejeita qualquer proposição que faça parte dessa bio-lógica imposta pelo ocidente. Sua epistemologia nos ajuda a

---

<sup>92</sup> *Ibidem*, p.25.

<sup>93</sup> OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1 ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

<sup>94</sup> Oyèrónké Oyewùmí acredita que a categoria mulheres, assim como o gênero, são uma invenção ocidental. Em seu trabalho que foi realizado em sua comunidade, ela entende que fazer uso desses conceitos não seria coerente, já que eles não conseguem abarcar as experiências do seu lugar, primordialmente Oyèrónké desuniversaliza os conceitos postos pela lógica ocidental.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p.16-19.



compreender como o gênero opera mesmo nas mais desconstruídas teorias e sua pesquisa serve para pensarmos outras possibilidades, ela escreve:

O caso iorubá oferece um cenário bem diferente; e, mais do que isso, mostra que o corpo humano não precisa ser constituído como generificado ou ser percebido como evidência para a classificação social em todos os tempos. Na sociedade iorubá pré-colonial, o tipo de corpo não era a base da hierarquia social (...) A ordem social exigia um tipo diferente de mapa, e não um mapa de gênero que supõe a biologia como a base para a classificação social. (...) O gênero simplesmente não era inerente à organização social humana. (OYEWÙMÍ, 2021, p. 19).

Oyewù mí, faz principalmente a crítica sobre como o sistema ocidental está impregnado e pode dificultar um projeto de transformação do sistema de gênero. Ela aponta que quem pesquisa e é estudioso das teorias de gênero de modo a desconstruí-lo pode cair na própria armadilha de estar reforçando-o. Ou seja, “escrevendo sobre qualquer sociedade por meio de uma abordagem de gênero, quem investiga necessariamente escreve o gênero nessa sociedade”<sup>96</sup>. Assim, como nos desfazer deste paradoxo e dismantelar essa instituição? O primeiro passo, segundo ela, que cita a pesquisadora Judith Lorber para responder é “torná-la bastante visível”.<sup>97</sup>

Outra orientação que ela nos dá é a de realizar “uma avaliação cuidadosa de genealogia de conceitos e formulação teórica”<sup>98</sup> como parte integrante da pesquisa. Como já afirmado anteriormente, o gênero é sistema generalizado e opera nos mais diversos sentidos e lugares, e o campo da linguagem e tradução é um dos mais sensíveis nesse sentido. Por fim, o mais precioso conselho de Oyewù mí, é entender que para a desconstrução desse sistema generificador e violento, é entendê-lo e entender o universo temporal e espacial em que foi construído e aplicado para começar a nos desfazer dos instrumentos oferecidos pelo ocidente e assim dismantelar essa instituição.

A professora e teórica feminista Bell Hooks<sup>99</sup>, é mais uma referência para conhecermos como o sistema de gênero funciona. De maneira muito simples e objetiva, Hooks nos mostra que o gênero, que o feminismo, precisam ser analisados pela ótica das categorias de raça e classe. Sua proposta é primordialmente desintegrar os pressupostos de manutenção do sistema patriarcal de supremacia branca. Além de realizar críticas muito importantes em relação ao classismo e ao racismo, também nos aponta caminhos por onde essa desestruturação deve ou pode acontecer.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p.23

<sup>97</sup> *Ibidem*, p.23

<sup>98</sup> *Ibidem*, p.23

<sup>99</sup> hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.



A primeira etapa desse caminho, é se desfazer do seu próprio sexismo, é mudando a si mesmas, pondo a prova seus próprios preconceitos enraizados que poderemos começar a pensar em modificar a sociedade e levar a palavra do feminismo para todos quanto possível. Hooks chama esse processo de conscientização: “Sem confrontar o sexismo internalizado, mulheres que levantavam a bandeira feminista constantemente traíam a causa nas interações com outras mulheres.”<sup>100</sup>

A categoria de raça é muito importante para entendermos o que Bell Hooks quer nos mostrar. Essa categoria atravessa diretamente a constituição do gênero. É primordial para a política feminista fazer o elo entre classe, raça e gênero. Bell Hooks, como uma mulher negra, soube como ninguém como esse diálogo é importante para que o feminismo reformista não ofuscasse o feminismo radical/revolucionário. Nesse sentido, ela denuncia:

O pensamento feminista reformista, focado primordialmente na igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho, ofuscou as origens radicais do feminismo contemporâneo que pedia reforma e reestruturação geral da sociedade, para que nossa nação fosse fundamentalmente antissexista. A maioria das mulheres, em especial as mulheres brancas privilegiadas, deixou até mesmo de considerar noções do feminismo revolucionário, quando começou a alcançar poder econômico dentro da estrutura social existente. (HOOKS, 2019, 21).

Para ela, “a única área problemática é a de traduzir teoria para prática”<sup>101</sup>, ou seja, muitas de nós já temos plena compreensão do problema, mas alguns tipos de privilégio, principalmente os relacionados a branquitude e a classe, limitam qualquer possibilidade de transformação.

Para Hooks, não é interessante a crítica pela crítica, é necessário também apontar as possibilidades de realização, neste caso, a educação como ferramenta primordial para criação novas metodologias e novas alternativas de organização e vivências contra esse sistema binário, racista e sistematizador de corpos. O feminismo é principalmente frente e força para que haja mudança. Neste caso, pensamos Bell Hooks como uma entidade arrebatadora para nos trazer luz para a desconstrução do gênero enquanto sistema/instituição propagador de violência e inquisição de humanidade.

Outra proposta de entendimento histórico do sistema de gênero como categoria constitutiva do político é a partir do “giro decolonial”. Definido por Nelson Maldonado-

---

<sup>100</sup> *Ibidem*, p.30

<sup>101</sup> *Ibidem*, p.93.





Torres<sup>102</sup> como um movimento de resistência política e epistemológica à lógica da modernidade/colonialidade”<sup>103</sup>. A partir dessa teoria é possível enxergar novos horizontes sobre como se construíram, atuam e se retroalimentam o político e o gênero.

Nesta teoria, o marcador de gênero também é associado ao marcador de raça, referenciados conjuntamente, pois ambos formam, de acordo com a teoria formulada por Aníbal Quijano<sup>104</sup>, o pilar da chamada colonialidade do poder, do ser e do saber. Esse sistema, a colonialidade, é a herança do processo político e econômico de colonização e colonialismo, iniciado em 1492, no que conhecemos como América Latina. Tais conceitos foram formulados, principalmente, para se pensar sobre toda a violência epistemológica, política e econômica perpetrada pelo totem do ocidente a partir do processo de colonização, e também como combatê-la, criando novas possibilidades de resistência.<sup>105</sup>

O que a teoria decolonial propõe, é deixar de ter o ocidente e seus pressupostos como parâmetro, como já bem nos ensina Oyèrónké Oyewùmí. Pensar em novas possibilidades de resistência teórica, epistemológica e militante, e principalmente realizar uma crítica ao modelo político e econômico vigente, pois, apenas dessa maneira, as violências geradas pelo modus operandi dos estados modernos começariam a ser transformadas.

A partir das formulações de desobediência epistêmica proposta por Quijano, em 2008, a filósofa argentina María Lugones<sup>106</sup>, adepta da teoria decolonial, propôs o conceito de colonialidade de gênero. Esse conceito é também muito importante para entendermos como o gênero é um conceito político de fato, pois, foi a partir de sua criação em contexto colonial no ocidente, que se pode firmar uma política de separação, classificação-generificação e desumanização do outro.

---

<sup>102</sup> MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro decolonial. **Tábula Rasa**, nº 9, vol.2, 2008, p. 61-72.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>104</sup> QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade e modernidade/racionalidade**. Em: Os conquistados, 1492 e a população indígena da América. In: BONILLA, Heraclio (organizador). Quito: Tercer Mundo-Libri Mundi Editors, 1992.

<sup>105</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005

<sup>106</sup> LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. **Tábula Rasa**. Bogotá – Colômbia, No9: 73-101, julho-dezembro, 2008.



O conceito de colonialidade do gênero propõe o entendimento de que o gênero não seja uma “simples” diferença percebida entre os sexos, como outrora propôs Scott, mas, um complexo sistema de imposição e criação colonial para demarcação de humanidades. Ou seja, o gênero binário ou a bio-lógica, neste entendimento - só era atribuído àqueles que eram considerados humanos. Aqui, pode-se deduzir que determinados grupos de pessoas, não eram classificados como humanos e “merecedores” dessa classificação. A esses grupos, considerados em escalas como não-humanos, sub-humanos ou menos humanos, a depender de um contexto, geralmente de exploração e violência, era/é atribuído o sexo binário, como marcador de macho ou fêmea -, deste modo, hiperssexualizados.

A partir das conceitualizações e proposições de cada autora, é possível compreender como esse sistema pode ser complexo. São diversas camadas que precisam ser analisadas e nomeadas. Temos aqui, um sistema muito mais profundo e problemático do que parece. Não é apenas, simplesmente desestruturar um sistema, mas no contraponto, devolver humanidades roubadas, marginalizadas. Mas será possível essa recuperação? Para isso é necessário pensar em que lugar estamos e de que ponto partimos, nos situarmos historicamente.

Nesse sentido, cabe explicitar, que esta é uma pequena proposta de reflexão sobre o gênero como um conceito político, como seu entendimento histórico é importante, para pensar em alternativas de desconstrução, que possam ser possíveis. Dito isto, é necessário fazer uma reflexão mais profunda sobre a própria construção do gênero, como marcador de diferença entre os sexos criado primariamente como uma política dos Estados Modernos, como afirmam Ednaldo Aparecido Ribeiro e Renata Andrade de Oliveira em seu artigo sobre Cultura política e Gênero<sup>107</sup>:

modelo metafórico intelectual que esteve subjacente à organização política das sociedades ocidentais – o modelo do contrato social - fundou-se numa concepção de mundo rigidamente separada entre esfera pública e privada que foi acompanhada e justificada pela atribuição de competências e responsabilidades exclusivas a cada gênero. Nesse modelo, o gênero feminino apareceu, em muitas formulações modernas, identificado explicitamente como aquele que teria a vocação para cuidar da reprodução do mundo privado, enquanto que o masculino, do mundo público. Em outras formulações contemporâneas, longe de desconstruir essa concepção, o silêncio quanto à existência de gêneros contribuiu para a desqualificação política das demandas específicas das mulheres, reforçando a ideia de que seus “assuntos”, próprios

---

<sup>107</sup> RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; OLIVEIRA, Renata Andrade de. Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, Vol. 168 22, n. 1, 2013.

da vida privada, não teriam status de preocupações públicas. (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2013, p. 175).

Nesse artigo, Ribeiro e Oliveira, analisam “se mudanças em direção a uma cultura política democrática entre esse público têm sido acompanhadas de maior apoio à igualdade política entre os gêneros no contexto nacional.”<sup>108</sup> Os autores trazem dados interessantes sobre a desigualdade de gênero no campo de representação eleitoral. O mais interessante dos dados apontados é que a maioria dos sucessos de candidaturas femininas se dão em locais de menor desenvolvimento socioeconômico e a grande maioria delas estar associada a partidos políticos grandes e de direita.

Porém, a questão problemática é relacionar o gênero e a política apenas no campo da política eleitoral e a representação ou sub-representação das mulheres neste cenário. Obviamente é um grande atraso a sub-representação de mulheres no sistema legislativo, mas, o problema é muito maior e não deve estar somente relacionado à esta esfera, ele deve estar associado a todos os cenários institucionais e em como estes foram construídos.

Pra nós, historiadores, cientistas, militantes, mulheres dos mais diversos segmentos e minorias sociais e políticas não é mais suficiente saber ou ver que outras mulheres ou minorias estão ocupando espaços institucionais ou de poder, é necessário transformar esses mesmos espaços e sua política. E mesmo algumas ocupando esses espaços institucionais de poder, é preciso um comprometimento com a criação de políticas voltadas para uma crítica ao sistema político e econômico vigente e todas as violências estruturadas por ele através do Estado. Não se trata somente de equidade de gênero.

Neste sentido, creio que seja importante pautar sobre o tipo de política que se acredita que seja primordial para entender como esse conceito histórico atravessa a categoria de gênero, de forma constitutiva. O historiador René Rémond<sup>109</sup> (2003), escreve que é necessária uma nova história política, pois “é da política que depende com frequência seu nível de vida, sua segurança e até, em alguns casos, sua própria existência.”<sup>110</sup>.

Outro historiador do campo da política e do político é Pierre Rosanvallon<sup>111</sup>, que nos mostra que é primordial que o conceito de política seja reavaliado, não só por aqueles

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 171.

<sup>109</sup> RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>111</sup> ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, 101p.





que fazem uso deste campo conceitual, mas todos aqueles que se interessam de fato por algum tipo de transformação democrática. Ele implora por uma história conceitual do político, e escreve que:

“Para além das tomadas de decisão culturais e sociais, das variáveis econômicas e das lógicas institucionais, a sociedade não pode ser entendida em seus núcleos essenciais se não atualizarmos esse centro nervoso de que decorre a sua própria instituição.” (ROSANVALLON, 2010, p. 70).

Essa atualização é precisamente entender que o todo constitutivo de nossas existências perpassa pelo político. E para que o campo do político seja atualizado, ele precisa urgentemente ser transformado em outra coisa que não seja reprodução de violências. Utilizo, neste artigo o entendimento de político em detrimento de política, pelas mesmas razões que Rosanvallon, ele realiza essa diferenciação para compreender o todo social e não apenas uma parte dele, considerada a parte imediata das ações partidárias e o exercício de poder mesquinho das instituições legislativas. Assim:

“Referir-se ao político e não a política, é falar do poder da lei, do Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade; em suma, de tudo aquilo que constitui a polis para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício de poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições.” (ROSANVALLON, 2010, p. 71).

O gênero é uma instituição em pleno funcionamento. A partir dessa afirmação, podemos entender o raciocínio do gênero como um conceito político. A categoria de gênero faz parte de uma construção histórica longa e não imediata. Nesse sentido, o gênero é uma categoria não apenas para a divisão de corpos em determinados papéis sexuais, mas um sistema de generificação generalizado que atribui em todos os espaços possíveis da sociedade às suas regras, seja na linguagem, na cultura, no território e nos corpos.

Quando se afirma que a categoria de gênero é uma instituição em pleno funcionamento, quer dizer que, ele foi criado como regulamentador social de corpos, ele é quem determina quem ocupará qual lugar na sociedade. Ele faz parte de um sistema político como instituição – neste caso, o sistema capitalista fundamentado primordialmente a partir de uma lógica de exploração e colonização de corpos e territórios -. E quando pensamos através de uma perspectiva decolonial, de como se formou essa constituição, podemos entender essa operação tão complexa para o pleno funcionamento social. O gênero atravessa a sociedade como política de determinismo social.

A partir disso, é possível enxergar o parâmetro através do qual se dá a política desumanizadora e generificada que é vigente até os dias atuais e que pode ser vista



materialmente através dos dados alarmantes sobre a violência perpetrada a população LGBTQI, população negra e povos indígenas, mulheres. E somente a partir do entendimento de que raça e gênero são indissociáveis nas análises históricas e que são parte de um projeto político – que precisa ser desfeito - que a tragédia se torna possível de ser transformada em alternativas de existência plena. Como já foi dito, é preciso conhecer muito bem esse sistema e como ele opera para começar a atuar sobre ele.

Por isso é importante compreender o gênero como um conceito político, que estrutura uma política de violência sobre os corpos e direciona a normatividade e impede a diversidade de existência e até mesmo na construção de um outro tipo de política. Ao mesmo tempo em que é necessário realizar uma tensa e necessária reflexão sobre o próprio conceito de política, para que haja uma transformação no marcador de gênero, podendo existir a possibilidade de deixar de ser um marcador de violência para se tornar uma categoria de fato útil para pensar em pluralidade de existências e representações fora do escopo universalizante do ocidente.

Essa transformação no político e conseqüentemente no marcador gênero/raça, poderia ser também uma possibilidade para o problema de gênero indicado por Judith Butler , quando diz que há um paradoxo no processo de representação do sujeito que o movimento feminista pretendia representar, - pois ele precisaria ser estável e fixo ao mesmo tempo em que o feminismo propõe a pluralidade deixando de usar mulher por mulheres – o que acarretaria um desconforto na própria teoria fundante do feminismo como prática política. Esse mesmo problema também é apontado no trabalho de Oyèrónké Oyewùmí.

Daí, entender que o gênero como conceito político e como um conceito político colonial, poderia ser a chave resolutiva para uma desconstrução<sup>112</sup> tanto da política quanto do gênero e transformá-los em chaves de análise do político.

A cultura política<sup>113</sup> também se apresenta como uma categoria chave para o campo da História como promissor para entender sobre o tripé raça, classe e gênero, já que em termos, ela pode fornecer leituras sóbrias sobre o passado e “inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.”<sup>114</sup>

<sup>112</sup> Para Butler, o conceito de desconstrução significa o esmiuçamento e uma reflexão profunda sobre seus usos, não significa sua abolição ou destituição.

<sup>113</sup> MOTTA, Rodrigo Patto. Cultura Política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, p. 1090137, jan./mar., 2018.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 114.



Nesse sentido, esta categoria pode auxiliar em conhecer melhor as culturas políticas que formam e disputam os espaços de poder, e entender melhor como funcionam os métodos políticos vigentes, como se perpetuam, e assim abrindo caminhos para transformá-los. Quais os comportamentos enraizados que perpetuam principalmente as violências de classe, gênero e raça e possibilitar estratégias de quebrar o pacto da colonialidade.

No mais, apesar de muitos avanços em políticas públicas de gênero e que possam promover equidade e cidadania participativa, a construção política ainda é pautada pela violência machista e racista, mas não poderia ser diferente, já que a sua base é um sistema histórico e cultural que “cristalizado em instituições” perpetua o impedimento de que mulheres, negros, indígenas, LGBTQI+ e outras minorias socioeconômicas não podem participar das esferas de decisão.

Somente através de uma profunda transformação em sua base de construção, é que poderíamos vislumbrar a verdadeira essência do que deveria ser uma sociedade pautada pela equidade, de fato. Me refiro justamente às estratégias e propostas de transformação histórica baseadas nas autoras mencionadas ao longo do texto: seja pela desuniversalização do gênero, dos parâmetros de feminino e masculino, de nomear o gênero como uma política real e material que atravessa nossas vidas, de forma complexa, para assim pensar para além da bio-lógica, da generificação, que tem o corpo como base dos papéis sociais.

Acredito, finalmente, que o feminismo possa ser a força e forma motriz para fazer frente a esse sistema. Felizmente, já podemos contar com uma vasta bibliografia que nos aponta o caminho. Aqui, fiz questão de citar Bell Hooks, porque ela nos oferece uma maneira simples e engajada de enfrentar o problema, a partir da educação feminista antirracista de base; Oyèrónké Oyewùmí para nos aludir para as armadilhas do ocidente e trazer novas perspectiva de entendimento; Judith Butler que nos traz uma reflexão muito profunda sobre sua metodologia de desconstrução do gênero e Joan Scott para entender de onde viemos e para onde precisamos ir.

Por fim, entender o gênero, primordialmente como uma instituição política qualificada da colonialidade do poder, do ser e do saber que há mais de 500 anos, vem desumanizando e classificando pessoas de acordo com um ideal completamente submerso pela violência. Apenas nomeando e entendendo profundamente esta categoria, conceito e instituição que poderemos vislumbrar a transformação e iniciar o processo de



desgenerificação, pautado num horizonte político feminista, decolonial, antirracista e anticapitalista. “É preciso estar atento e forte, não temos tempo de temer a morte”.<sup>115</sup>

**Data de Submissão:** 10/02/2022

**Data de Aceite:** 05/05/2022

### **Referências Bibliográficas**

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril, 2009.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VAREJÃO, Adriana. [et.al.]. **Pensamento Feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. **Tábula Rasa**. Bogotá – Colômbia, No9: 73-101, julho-dezembro, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro descolonial. **Tábula Rasa**, nº 9, vol.2, 2008, p. 61-72.

MOTTA, Rodrigo Patto. Cultura Política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, p. 1090137, jan./mar., 2018.

OYEWUMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1 ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade e modernidade/racionalidade.** Em: Os conquistados, 1492 e a população indígena da América. In: BONILLA, Heraclio (organizador). Quito: Tercer Mundo-Libri Mundi Editors, 1992.

---

<sup>115</sup> Trecho da música “Divino, maravilhoso” (1969) interpretada por Gal Costa.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; OLIVEIRA, Renata Andrade de. Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina. **Revista Política Hoje**, Vol. 168 22, n. 1, 2013.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 179-199, janeiro-abril, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. **Desafios da democracia no século XXI** – IESP – UERJ 20141: 17/11/2014 – Documentário.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010, 101p.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 1S, n .2, jul./dez.,1990.

